

IMPACTOS DO PROGRAMA AÇÃO JOVEM NO CRAS DE ITÁPOLIS

IMPACTS OF THE PROGRAM YOUTH ACTION IN ITÁPOLIS CRAS

MARIA LIGIA SANTOS PAVAN*
THAISA HELENA DARÉ**
JOSIANE FERNANDES LOZIGIA CARRAPATO***

RESUMO

O presente estudo foi realizado no CRAS do município de Itápolis com adolescentes inseridos no Programa Ação Jovem. O objetivo geral da pesquisa em questão foi avaliar os impactos sociais causados por esse Programa e como objetivos específicos, desvendar o papel do Serviço Social e identificar o perfil dos jovens. A pesquisa realizada foi exploratória, numa abordagem qualitativa e quantitativa, respaldando-se na amostra não probabilística, cujos instrumentais foram: entrevista orientada por formulário e gravador; observação sistemática e análise documental. Os resultados apontam que os impactos causados pelo Programa Ação Jovem no município de Itápolis são de grande relevância, pois os jovens que frequentam as reuniões sócio educativas do Programa demonstraram conhecimento de temas diversificados e o desejo de transmiti-los a outros adolescentes, bem como uma melhora nas relações familiares e sociais e o interesse em complementar seus estudos, com um curso técnico ou superior.

Palavras Chave: Política de Assistência Social. Jovens. Família.

* Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Mestre Josiane Fernandes Lozigia Carrapato.

** Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Mestre Josiane Fernandes Lozigia Carrapato.

*** Professora do Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Com Graduação em Serviço Social pela ITE (1994), é Mestre em Saúde Coletiva. Especialista em Terapia de Casais e Famílias, Especialista em Administração dos Serviços de Saúde Pública e Administração Hospitalar. Atualmente é doutoranda em Saúde Coletiva pela UNESP/Faculdade de Medicina de Botucatu. Tem experiência na área de Serviço Social e Saúde Pública com ênfase em Serviço Social Aplicado Terapia de Casal e Família e Administração de Serviços de Saúde Pública e Hospitalar.

ABSTRACT

The present study was realized at the CRAS in the borough of Itapolis with the young inserted at the Young Action Program. The research had as a general objective to evaluate the social impacts caused toward the Program and how the specific objectives, unravel the paper of Social Service and identify the young's profile at the Program. The research had an exploratory level, in an approach qualitative and quantitative, using an example with no probabilities, and the used recourses were oriented interviews with a questionnaire and recorded, systematical observation and analyze documental. The results pointed that the impacts caused with the Young Action Program in the borough of Itapolis are very important, because the young that frequented the social educative reunions, shows knowledge about diversified teams and the desire to transmit to the others teenagers, also they got a better relationship with them familiars and social and the interest to complement they study with a technical or superior course.

Key words: Politician of Social Assistant. Young. Family.

1 INTRODUÇÃO

A assistência social é política de seguridade social não contributiva, que garante o atendimento às necessidades básicas dos menos favorecidos. Sendo assim, a assistência social deve se realizar de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Dentro da política de assistência social temos o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS que é uma unidade pública estatal de Proteção Social Básica que deve se localizar em territórios de vulnerabilidade e risco social. É destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica, onde as famílias e indivíduos buscam sua emancipação e efetivação de direitos. Sendo assim a porta de entrada para os usuários do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas no seu território de abrangência.

O serviço social é uma profissão interventiva, onde o profissional deve ser ético e comprometido em suas ações e ter conhecimento teórico metodológico para criar estratégias de intervenções, pois ele atuará com situações de vulnerabilidade e risco social, assim garantindo e efetivando os direitos sociais e a emancipação.

As ações desenvolvidas pelo CRAS visam dentre outros, o trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade.

Não existe um significado ou uma conceituação certa para família, pois hoje em dia, existem vários tipos de formação familiar. É possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano (OSÓRIO, 1996).

A família tem um papel importante no desenvolvimento de seus filhos, pois é nela que se espelham para adquirir seus valores, ética, culturas. Entendem-se como funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (PNAS, 2004).

Assim a família tem influência direta na adolescência de seus filhos, pois é nesta etapa que ocorrem diversas transformações e eles passam a criar sua identidade, seus valores, ética, cultura ocorrendo mudanças nesse período da vida que é composto de momentos de particular complexidade, os quais deixam marcas que advêm de registros vivenciais (LOSACCO, 2005).

O CRAS de Itápolis trabalha e desenvolve o Programa Ação Jovem que tem por objetivo principal enfrentar a situação de vulnerabilidade que afeta os jovens de baixa renda no Estado de São Paulo, com idade entre 15 e 24 anos, ensino fundamental incompleto e, inseridos em famílias de baixa renda. Posteriormente, o benefício foi expandido para jovens com ensino médio incompleto. Esse programa tem a função estratégica de ampliar a oportunidade de desenvolvimento, proteção e de inclusão social as quais, somadas à transferência de renda, favorecem o desenvolvimento da autonomia dos beneficiários.

O tema da pesquisa é de grande relevância tanto para a Instituição, quanto para os profissionais e as famílias dos jovens participantes do programa, pois desvelará os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem.

O problema levantado para a pesquisa em questão foi, qual seria avaliação de impacto do Programa Ação Jovem e se o mesmo tem provocado mudanças junto aos jovens e suas respectivas famílias.

A pesquisa em questão teve como objetivo geral avaliar os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem e como objetivos específicos, desvendar o papel do Serviço Social no Programa Ação Jovem e identificar o perfil dos jovens do Programa.

A partir da introdução, o segundo item conta a história da Assistência Social no Brasil, o item três descreve o Programa Ação Jovem, no item quatro apresenta a família e adolescência na contemporaneidade, o quinto item expõe o Serviço Social, logo no item seis acontece à metodologia, apresentação e discussão dos resultados e no item sete a conclusão deste trabalho.

2 CONTEXTUALIZANDO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Assistência Social em sua estruturação vem como uma concepção funcionalista, assistencialista para com a sociedade carente, uma sociedade marginalizada pelo efeito do capitalismo selvagem. O Estado e as políticas sociais são reprodutores da ideologia da classe

dominante, uma prática conservadora, fragmentada para com aqueles que dela necessitavam, sendo os mesmos vistos como desajustados, desqualificados por sua própria competência. (SPOSATI, 1995)

A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil pontua seus principais marcos legais, desde a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1937, sua inscrição como política pública na Constituição Brasileira de 1988, sua regulamentação por meio da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, até a criação do SUAS em 2004, e suas principais regulamentações.

A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil tem ainda hoje influência na maneira como foi operacionalizada em nosso país, podendo mostrar como ao passar dos anos que a assistência social era vista como ajuda, chegando a ser comparada com a bondade, caridade, benevolência ou ao clientelismo.

A política de Assistência Social tinha a visão de que a sociedade era estruturada, no qual só seria preciso realizar ajustes, oportunizando um trabalho educativo com a família, principalmente com as mais carentes, com o objetivo de reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade. Dava ênfase na prevenção dos problemas sociais, na reeducação da família, buscando trabalhar as potencialidades dos indivíduos e promovê-los.

Nesse período o foco da assistência social era no indivíduo “desajustado”, culpado pelos seus problemas sociais, enfim a concepção da sociedade harmônica com indivíduos problemáticos.

Com sua inscrição na Constituição Brasileira de 1988, como política de Seguridade Social, fez da Assistência uma política de proteção social, dever do estado e direito de todo cidadão brasileiro que dela necessite, independentemente de qualquer contribuição. O Artigo 194 da Constituição eleva a Assistência Social ao patamar de política social, no campo de Seguridade Social, ao lado da Previdência e da Saúde. (IAMAMOTO, 2010).

A assistência social deve se realizar de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. A política da Assistência Social contextualiza a estrutura da sociedade e as várias expressões da questão social, concebendo-a como direito de todo cidadão que dela necessitar.

Na contemporaneidade, é necessário que as ações do Assistente Social sejam planejadas, executadas por profissionais competentes e avaliadas sistematicamente, de forma a garantir resultados efetivos e com efetivação de direitos dos usuários.

Conforme Vanzetto (2005, p.02)

A Assistência Social foi garantida como Política Pública de direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal de 1988, através dos artigos 203 e 204 e firmada através da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Com isso, a Assistência Social passou a integrar juntamente com a Saúde e a Previdência, a Política de Seguridade Social. Esta inserção aponta para o caráter da Assistência Social de política de Proteção Social articulada a outras políticas sociais, voltadas para a garantia de direitos e de condições dignas de vida.

O Conhecimento da Política de Assistência Social deve possibilitar ao Assistente Social, capacidade teórica e metodológica para a criação de estratégias interventivas a fim de garantir e ampliar os direitos da população usuária. O profissional deve desenvolver ações comprometidas com ética profissional e politicamente articulada com a política de educação, saúde, lazer, habitação, entre outras, objetivando a efetivação dos direitos sociais da população em situações de vulnerabilidade e risco social.

No decorrer da história da Assistência Social implantou-se a Seguridade Social, sendo a mesma definida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

O Estado é responsável pela Política de Assistência Social, e como tal exige ações destinadas a atender às necessidades da população de forma coletiva, e não mais pontualmente e individualmente, mudando radicalmente a forma como é concebida e operada.

A Assistência Social é considerada como política pública no Brasil é uma política de seguridade social e de proteção social. A Assistência Social é um dos campos em que o Assistente Social tem posição hegemônica, principalmente depois da implantação do Sistema

Único de Assistência Social - SUAS no país, na qual vem ampliando espaços de trabalho para o profissional (BRASIL, 2004).

O SUAS é um modelo de gestão que objetiva consolidar o sistema descentralizado e participativo, onde seu formato espelhou-se no SUS – Sistema Único de Saúde, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, definindo alterações institucionais com vistas a sua efetiva realização no Brasil.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social o SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social, constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados diretamente por órgãos e instituições públicas ou através de convênios com organizações sem fins econômicos.

A Lei 12.435/2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

A legislação vigente refere à assistência social com objetivos de proteção social para garantia da vida especialmente a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Outros objetivos visam amparar às crianças e adolescentes carentes, promover a integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O SUAS vem conceituado pela PNAS/04 como um sistema unificado que tem o papel de organizador de um todo território nacional, tendo como foco a atenção à família e seus demais membros, sendo este um território com base na organização.

No ano de 2004, consolidou a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que veio para dar estruturas às políticas Estaduais, Municipais e para os conselhos assistenciais.

Segundo Morgado (2007, p.29) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) traz contida em si suas principais diretrizes como “descentralização Política – Administrativa; participação da população; primazia na responsabilidade do Estado na condução da PNAS e centralidade na Família”.

A descentralização possibilita a distribuição das famílias com o seu território específico para o melhor trabalho dos profissionais da área. É preciso ter o conhecimento do território de instalação do CRAS para poder implantar os serviços de assistência social, pois é destinada a prestação de serviços e programas socioassistenciais conforme a identificação das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e a demanda do território.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, e da Norma Operacional Básica - NOB-SUAS, em 2005, institui-se o Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

Além de criar o SUAS a NOB/SUAS/2005 disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis.

A Política Nacional da Assistência Social é uma política que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e a universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

A política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais.

O conhecimento da política de Assistência Social deve possibilitar ao Assistente Social, capacidade teórica e metodológica para a criação de estratégias a fim de garantir e ampliar os direitos de seus usuários.

Aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), representa o cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003. Incorporando as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, a PNAS define o novo modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A NOB/SUAS, aprovada em 2005, pelo CNAS, apresenta os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de *articulação, pactuação e deliberação*, visando à implementação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no

Brasil.

Na resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi aprovado a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais.

O artigo 1º dessa resolução dispõe que:

Aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Dessa forma, Serviços de Proteção Social Básica são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes, em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Proteção de Serviço à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Os Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade são os Serviços de acolhimento Institucionais, nas modalidades de Abrigo Institucional, Casa Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva; Serviço de acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências conforme Resolução Nº109, de 11 de novembro de 2009.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promove o acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade, como prevê o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Às famílias vulneráveis devem ser atendidas nas três esferas de governo, e a estratégia de atuação está hierarquizada na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

2.1 Proteção Social Básica

O SUAS causou transformações significativas na política da Assistência Social, organizando-a por meio de territórios e estabelecendo os níveis de proteção social denominadas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Atenção Básica do SUAS é denominada CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, sendo a mesma caracterizada como unidade pública municipal de referência para a população, sendo a porta de entrada para os usuários, garantindo seus direitos e deveres como cidadãos.

Na Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS é responsável pela organização e oferta dos serviços de proteção social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco dos municípios. Materializa a presença do Estado no território, caracteriza-se como a porta de entrada à Política de Assistência Social, possibilitando o acesso das famílias à rede de proteção social e aos direitos socioassistenciais.

O CRAS ao viabilizar a Proteção Social Básica objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades da população usuária e suas respectivas famílias, bem como promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades, dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

A Proteção Social Básica da Assistência Social é efetivada por meio do CRAS e de um conjunto de benefícios e serviços socioassistenciais de acolhida, convivência e desenvolvimento da autonomia, organizados nos territórios de maior vulnerabilidade.

A Proteção Social Básica é destinada aos cidadãos que vivem a base de vulnerabilidade social, que tem vários fatores como ausência de renda ou baixa renda, desemprego, trabalho sazonal ou informal, trabalho precário, dificuldades de acesso e informações aos serviços e equipamentos públicos, da perda ou rompimento de relações sócio familiar e até mesmo preconceitos e discriminações. A Proteção Social Básica tem a oferta de vários serviços como: Serviço de

Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF; Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

2.2 Proteção Social Especial

Segundo o SUAS, a Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

A Proteção Social especial é efetivada através do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), sendo o mesmo denominado de unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

2.2.1 Proteção Social Especial de Média Complexidade

A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. A convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados.

Estes serviços demandam maior especialização no acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Requerem, ainda, intensa articulação em rede para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades de superação da situação vivida.

Há cinco serviços de média complexidade, divididos por público. Um deles é direcionado a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, desenvolvendo atividades que possibilitem uma nova perspectiva de vida futura. Já no caso de indivíduos que enfrentaram afastamento do convívio familiar devido à aplicação de alguma medida judicial, é oferecido o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Pessoas com deficiência, idosas e suas famílias também encontram acompanhamento específico. Nessa situação, os indivíduos são acompanhados para prevenir o preconceito e a exclusão. Para pessoas em situação de rua, as atividades desenvolvem as relações sociais para a construção de novos projetos de vida.

Os profissionais do CREAS ainda trabalham com um quinto e último serviço, o de abordagem social. Nesse caso, o objetivo é fornecer amparo e acompanhamento assistencial a pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia e/ou sobrevivência ou que são vítimas de exploração sexual ou trabalho infantil. Enquanto alguns serviços devem ser ofertados obrigatoriamente no CREAS, outros podem ser apenas a ele referenciados.

2.2.2 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade garante a proteção integral aos usuários e/ou famílias que se encontram em situação de abandono e/ou com seus vínculos familiares e comunitários rompidos. Tais fenômenos ocorrem por motivos complexos e multideterminados. Desta forma, a proteção social especial, em sua intervenção, aponta para a atenção "protetiva" e efetiva, na perspectiva da superação da violação de direitos, fortalecimento de vínculos, inclusão social e articulação com os demais serviços disponíveis no território. Esta proteção será garantida através de vários serviços como atendimento Integral institucional; casa lar; casa de passagem; atendimento à População em Situação de Rua; república; albergue; medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade; trabalho Protegido; atendimento a Pessoas com deficiência; atendimento à Dependência química em situação de abrigo.

A Proteção Social Especial tem caráter compensatório, considerando que atua nas situações já instaladas de violação de direitos, tais como: ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, população em situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

3 O PROGRAMA AÇÃO JOVEM

Dentro da política de Assistência Social temos o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que é uma unidade pública estatal de Proteção Social Básica, localizado em territórios de vulnerabilidade social com a função de organizar, coordenar e executar as providões de proteção social básica.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS foi criado em 2005, através da Política Nacional de Assistência Social.

Um lugar para onde as famílias vulneráveis têm fácil acesso e que fossem trabalhadas, incluindo-as em projetos e programas sociais, para que elas se emancipassem e não dependessem mais de ajuda, doações.

No CRAS de Itápolis são desenvolvidas reuniões socioeducativas com famílias beneficiárias de Programas Sociais dentre eles o Programa Ação Jovem, sendo que existem famílias participativas e não participativas, onde necessitam da realização de um trabalho mais específico de conscientização para que haja um melhor desenvolvimento e aproveitamento do mesmo.

O CRAS tem programas sociais como: Renda Cidade, Ação Jovem e é trabalhado também as Condicionais do Bolsa Família, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos.

O CRAS tem o projeto Melhorando a Vida que oferece cursos de capacitação e geração de renda que são: corte e costura, cabelo, manicure, bordado industrial e artesanato.

Situando - se em territórios de vulnerabilidade para atender as famílias em situações vulneráveis, o CRAS tem que ter uma maior proximidade, localização adequada, visibilidade pública, espaço privilegiado onde ocorrem as relações sociais e onde expressam mais evidentemente as vulnerabilidades e riscos e um espaço físico adequado.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/ SUAS, a composição da equipe mínima de referência que trabalha no CRAS para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios é a seguinte:

- 1) Municípios de Pequeno Porte I – Até 2.500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo; 2 técnicos de nível médio.
- 2) Municípios de Pequeno Porte II – Até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes social e, preferencialmente, 1 psicólogo; 2 técnicos de nível médio
- 3) Municípios de Médio, Grande, Metrópole e Distrito Federal- a cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõem o SUAS; 4 técnicos de nível médio.

Tendo melhor distribuição da equipe facilita o trabalho e amplia o conhecimento do território de instalação do CRAS para implantar os serviços de assistência social, pois é destinada a prestação de serviços e programas socioassistenciais conforme a identificação das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e a demanda do território. Ficando melhor a distribuição de famílias referenciadas do município com o seu território específico, para o melhor trabalho dos profissionais da área.

O Ação Jovem é um Programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo executado pelo CRAS, voltado para jovens de 15 a 24 anos de idade. Para estar inserido no Programa ele tem que estar matriculado e frequentando o ensino fundamental e/ou médio ou matriculado no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos – EJA/Presencial; ter a renda per capita familiar mensal de até meio salário mínimo, onde eles recebem mensalmente R\$ 80,00.

Os jovens têm que cumprir condicionalidades postas pelo Programa que são: frequência escolar mínima de 75%; aprovação escolar, de acordo com o sistema de ensino em que está matriculado; frequência mínima de 75% nas atividades complementares que deverão ser oferecidos pelo município e caso seja gestante, comprovação das consultas pré-natal.

Os objetivos do programa junto aos jovens são: incentivar o retorno e/ou a permanência na escola; estimular a conclusão do ensino médio; promover ações

complementares; propiciar o acesso a cursos profissionalizantes; favorecer a iniciação no mercado de trabalho.

Sendo assim, propicia aos jovens em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, oferecendo-lhes oportunidade para o seu fortalecimento familiar / pessoal e social, com vistas à sua inclusão, autonomia e independência.

O Programa se inicia com uma reunião explicativa com as famílias para expor as condicionalidades específicas e demais condicionalidades postas pela Gestora que estabelece o critério que os jovens utilizem o benefício do Programa em cursos como: informática, línguas estrangeiras etc. Frequentar uma vez ao mês a reunião socioeducativa e entregar trabalho trimestral, seguindo as diretrizes estipulada pelo Programa Ação Jovem.

Para facilitar o trabalho do profissional com os jovens o programa criou as diretrizes, que são eixos para serem trabalhados com os mesmos. Tendo melhor distribuição foram divididos em quatro eixos: Educação, Cidadania e Meio-Ambiente; Trabalho e Empreendedorismo; Pluralidade Cultural, Esporte e Lazer e Saúde;

No eixo *Educação, Cidadania e Meio-Ambiente* é favorecido o fortalecimento da busca e a procura do conhecimento, ter informações básicas sobre seus direitos e deveres como cidadãos e consciência de suas obrigações. E o conhecimento sobre o que prescreve no Artigo 5º e 6º da Constituição Federal.

No artigo 5º é afirmado que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”

Vendo que todos são iguais perante a lei, promovem para eles mesmos o conhecimento aos acessos aos Direitos Sociais, aos serviços públicos e privados, com postura, ética, disciplina e sociabilidade.

Quando pensamos e intervimos nas questões sociais enfatizamos no artigo 6º da Constituição Federal que “[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.”

No eixo *Trabalho e o Empreendedorismo* expõem ao jovem a informação, orientação e/ou qualificação dos mesmos com vistas ao encaminhamento para o mercado de trabalho, sendo o profissional apto a atender às exigências e às transformações pelas quais passa as empresas, indústrias tendo melhores chances de sucesso, autonomia e emancipação.

Estimulando o jovem a praticar a criatividade, inovação e empreendedorismo, tendo em vista que o mesmo tem relação direta com a educação e que, quanto maior o nível de educação (escolaridade), maior a preparação para empreender, fazendo este trabalho ao mesmo tempo com a Educação, pois eles se adaptam as novas modalidades, inovações. O eixo da *Pluralidade Cultural, Esporte e Lazer* os informa e conscientiza das diferentes culturas existentes no Brasil e no mundo, a fim de ampliar o repertório cultural e social. Incentivando o convívio dos diversos grupos e fazer dessa característica um fator de enriquecimento, valorizando a própria identidade cultural.

Usar o esporte como desenvolvimento, persistência e esforço pessoal e utilizar o lazer como direito, colocando no seu cotidiano como: música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema, etc.

O eixo *Saúde* faz ampliar as noções de saneamento básico, a visão cultural sobre a sexualidade e dependência química, desenvolvendo ações junto aos jovens com comprometimento, pensamentos críticos, limitações, possibilidades, envolvendo todos os fatores como: culturais e sociais.

Com os eixos sendo trabalhados com os jovens beneficiários do Programa, eles ampliam o conhecimento, estimulando para a conclusão da escolaridade básica continuando seus estudos em cursos superiores ou técnico para que possam assim ingressar no mercado de trabalho, além de oportunizar seu crescimento com vistas a sua inclusão social e pessoal.

4 FAMÍLIA E ADOLESCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

A família é o primeiro referencial e permeia toda a nossa existência, pois é ela que proporciona a realização das necessidades afetivo-emocionais, as necessidades de subsistência, alimentação, proteção e participação social. Segundo relata Kaloustian (1994) a família é um espaço imprescindível para que exista a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como a mesma vem se estruturando.

Entende-se que todas as pessoas possuem uma família, onde através de um ciclo de vida passado de gerações em gerações, ocorrem modificações conforme o crescer da mesma.

Muitas delas têm seus momentos de problemas, superações, autoritarismo, aceitação e negação.

As famílias podem ser constituídas por pai, mãe e filhos, parentes ou por relações afetivas, devendo ser a base fundamental de um lar, para que exista o fortalecimento de vínculos entre seus membros, não ocorrendo conflitos, ou melhor, para que haja uma integração entre seus membros e os laços afetivos não sejam rompidos.

Conforme Carvalho (1994, p.9), a família é muito importante, pois:

É na relação em família que acontecem os fatos mais marcantes da vida de cada um: a descoberta do afeto, da subjetividade, da sexualidade; da sociabilidade grupal; o nascimento, o crescimento e a morte; a formação da idade pessoal. É a esfera da vida social mais vivida por todos, tanto que, para a maioria das pessoas, a família sempre existiu da forma como se conhece. Praticamente todo mundo tem, ou já teve, uma família, mas isso não significa que saiba dizer, com facilidade, o que ela é.

A família apesar de ser considerado um núcleo de convivência, unidos por laços afetivos, que costumam compartilhar o mesmo teto, é o local onde ocorrem várias crises previsíveis e imprevisíveis. Apesar de serem ou não desenvolvidas, a família é o lugar onde mais existem as potencialidades protetivas. Essas potencialidades poderão ser desenvolvidas dependendo de vários fatores existentes tais como: sociais, psicológicos, econômicos e culturais.

Conforme Carvalho (2004, p.23).

Desde Freud, família, em especial, a relação mãe-filho, tem aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança. A descoberta que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e

equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento.

É importante ressaltar que nem sempre podemos considerar que uma família facilitadora do crescimento emocional é aquela onde não ocorrem conflitos no eixo de sua existência. Quando a família passa a encontrar alternativas para a solução de seus problemas e consegue conter os efeitos destrutivos destes, podemos dizer que está desenvolvendo de forma positiva suas potencialidades.

Quando falamos em família não podemos deixar de explicitar a fase dos filhos adolescentes, sendo esta fase complexa e com várias crises previsíveis. O adolescente requer dos pais novas configurações nas normas e rotinas, pois deseja conquistar a confiança dos amigos e se afirmar.

O período da adolescência é uma fase do desenvolvimento humano onde ocorrem muitas alterações físicas, psíquicas e sociais. É um período onde o adolescente sofre com muita ansiedade, apreensão, agressividade e muitas dúvidas que ocorrem devido à incompreensão sobre si mesmo, sobre seu corpo, sobre o que dizem ou pensam sobre ele e inclusive sobre seus próprios sentimentos.

Esta fase às vezes pode ser caracterizada por conflitos familiares, crises emocionais, religiosas, etc, que estejam principalmente relacionadas às imposições de limites, dificuldades sexuais, reações agressivas, timidez, introspecção (CIULLA, 1976).

Embora seja uma fase turbulenta, a adolescência pode ser considerada uma das fases mais ricas da vida pela qual passa um ser humano antes de atingir sua vida adulta. Neste período ocorrem muitas alterações que envolvem tanto o crescimento biológico como o emocional. Será o final das transformações físicas, sexuais, intelectuais, sociais e emocionais que estarão preparando o adolescente para sua vida adulta.

A sociedade contemporânea vivencia transformações constantes, ou seja, as mulheres conquistaram a inserção no mercado de trabalho, e conseqüentemente as crianças foram cuidadas por “instituições”, tendo acesso à antecipação da adolescência/maturidade.

A vida moderna trouxe não somente benefícios e avanços à humanidade, mas também, juntamente com eles veio uma vida acelerada envolta em pressões constantes, tensões, desafios no dia a dia, competições e principalmente situações de violência. Desta forma, os adolescentes passaram a ser reconhecidos através de uma imagem confusa, repleta de rebeldia,

porém também inovadores. Faz-se necessário salientar, que embora façam parte de uma sociedade que vive em constante transformação, todos, inclusive os adolescentes, acabam por sofrer as consequências das mesmas (GATA, 2004).

As mudanças drásticas referentes os valores éticos, políticos e econômicos aos quais os seres humanos vivenciam e o crescente fenômeno da globalização tem um papel determinante na evolução dos indivíduos, inclusive dos adolescentes.

A fase crítica da adolescência é um período que pode ocorrer predisposição à quadros patológicos, o que pode acarretar manifestações de estados depressivos, fobias, comportamentos obsessivos e até mesmo compulsivos que geram atitudes violentas, vícios adquiridos, grande índice de gravidez na adolescência o que afeta diretamente a vida nesta fase (MINAYO, 1994).

Desta forma faz-se necessário que os adolescentes juntamente com o apoio familiar possam ter hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida.

Conforme relata Nahas (2003), hábitos saudáveis são definidos como um conjunto de ações habituais que refletem as atitudes, os valores e as oportunidades na vida das pessoas.

Entende-se que a identidade social e psíquica dos adolescentes constitui-se através dos conflitos entre a necessidade que os mesmos têm em obter a independência de seus pais em relação a eles e a aproximação e dependência do grupo de amigos aos quais começam a fazer parte.

Campos (1991, p.143), afirma que:

A formação da identidade tem uma função dupla: psicológica e social. Por um lado, a construção da identidade surge da necessidade de o indivíduo organizar e compreender a sua individualidade e de uma forma consistente e sem contradições. Por outro lado, é um processo social que surge de pressões externas para que o indivíduo escolha e invista em papéis familiares, profissionais e sociais, o que lhe dá um estatuto e posição na sociedade.

Desta forma o grupo de amigos e principalmente a família são de suma importância na formação de um código de valores próprios dos adolescentes que levará ou não a favorecer a

sua identidade adulta evitando que caiam em situações de risco e vulnerabilidade social, emocional entre outras.

Neste período, os adolescentes começam a sua preparação para a vida adulta onde iniciam a busca de seus ideais incluindo a inserção no mercado de trabalho, por isso, é importante que existam bons princípios adquiridos e uma forma correta de relacionamento assim como a boa formação escolar, primordial nos dias atuais.

Losacco (2005, p.72), relata que:

Sem a possibilidade de preparação necessária (escolaridade formal, cultura e técnica) para o desempenho de um papel profissional especializado, vemos cada vez mais dificultada a conquista de emprego e amplia a exploração de sua mão de obra, exploração esta concretizada pelos baixos salários e o acúmulo de jornadas de trabalho para a garantia de sua manutenção.

Percebemos a enorme importância da participação da família, independentemente de sua constituição, na formação e desenvolvimento da identidade de seus adolescentes para que possam surgir bases fortalecidas e estruturadas, não gerando rompimentos de vínculos e sim formas de garantir suas potencialidades, direitos e sua emancipação.

5 SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, onde o profissional faz uma análise do cotidiano, assim colocando sua intervenção em prática em decorrência das diversas expressões da questão social que expressam um conjunto de desigualdades de todos.

Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a

apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTTO, 2004, p.16).

O profissional tem que estar atento às diversas expressões da questão social, pois elas vão se modificando conforme o cotidiano dos contemporâneos. Conforme Iamamoto (2008, p.41).

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacionais, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas.

Com o desafio de atuar no cenário das políticas públicas o Serviço Social se dividiu em três dimensões: teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa.

Na dimensão Teórico-metodológica, o profissional tem que estar embasado em teorias e ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais (SOUZA, 2008).

Na dimensão, Ético-Política o profissional tem que estar posicionado diante das questões sociais agindo com todos seus princípios, valores éticos e morais norteando sua prática profissional tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade com valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõem a construção de uma nova ordem social sem denominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999).

Norteando-se então conforme o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93).

No Técnico-operativo o profissional tem que ter um conjunto de habilidades e técnicas para desenvolver as ações e assim trabalhar junto com os indivíduos que precisam de certas ações. Sendo assim segundo Martinelli (1994 p. 137).

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional.

O profissional tem que estar se atualizando com a questão social, trabalhando com os instrumentais da prática profissional que são de suma importância para a sua intervenção no enfrentamento de problemas e no cotidiano dos indivíduos.

Segundo Guerra (2007 p. 02).

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais se modificam transformar, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível cotidiano.

Apresentaremos os instrumentais existentes no Serviço Social, usado pelo Assistente Social no seu cotidiano: entrevista, acolhimento, visita domiciliar, reunião ou grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, encaminhamentos, observação, relatórios, parecer

social. São, porém, instrumentos que não devem ser vistos de maneira estática. Eles são criados e recriados de acordo com os objetivos e com as exigências da ação profissional (MIOTO, 2001).

A *visita domiciliar* é de grande importância, pois você conhece o cotidiano da família e analisa as condições de vida. É um instrumento que potencializa as possibilidades da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades e, não o que já sabe que são pobres, que brigam que bebem etc.) e, que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados) onde se exerce um papel educativo (colocando o saber técnico a disposição) de reflexão sobre a qualidade de vida (SARMENTO, 1994).

Quando ocorre a *entrevista* é que acontece o diálogo e a troca de conhecimento, pois o profissional tem que estabelecer uma relação com o indivíduo para acontecer a troca de informações e consequente conhecimento da realidade do indivíduo.

Assim o profissional tem que estar apto para cumprir as situações acima citadas e terá que estar embasado no seu conhecimento teórico metodológico para conduzir a entrevista, a fim de atingir seu objetivo e intervir na questão social.

No momento da *observação* é preciso observar a realidade, os fatos, estar atento na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e, ao mesmo tempo, técnico (SOUZA, 2000).

No *acolhimento* o profissional diante do indivíduo precisa agir com uma estratégia de aproximação, demonstrando interesse e que o mesmo é importante, para que assim haja afinidade e o sujeito se percebe em uma relação de alteridade, quando é capaz de enxergar e reconhecer o outro. O eu só existe na relação com o tu e é quando surge o nós: dos limites e do respeito, complementaridade da vida (PETRAGLIA, 2008).

O *encaminhamento* é um processo de articulação com a oferta de serviços ou mesmo com a rede socioassistencial e até mesmo para as outras políticas públicas como por exemplo: saúde, educação, habitação, previdência social e etc., fazendo com que o indivíduo possa usufruir dos seus direitos.

A *reunião ou grupo* é um espaço onde os indivíduos se encontram com um determinado objetivo de reflexão sobre um tema ou assunto estabelecido pela equipe.

No *Relatório Social* são expostas todas as informações adquiridas, relatos dos dados coletados pelo profissional, dando sequência ao Parecer Social. Já o *Parecer Social* é um momento onde o profissional tem que ter o rigor teórico necessário, conhecer profundamente

a realidade da situação existente, pois levantará hipóteses sobre as possíveis consequências da situação.

Entretanto essas três dimensões que competem ao profissional da área de Serviço Social nunca podem ser desenvolvidas separadamente, pois são ações interligadas que permite ao assistente social desempenhar sua função da melhor maneira.

6 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Itápolis, no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, na qual buscou conhecer o trabalho do Serviço Social com as famílias dos jovens beneficiários do Programa Ação Jovem e os impactos deste programa.

O CRAS localiza-se em territórios de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica onde as famílias e indivíduos buscam sua emancipação, efetivação de direitos, sendo assim a porta de entrada para os usuários do Sistema Único da Assistência Social- SUAS, unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas no seu território de abrangência.

Pode-se definir a pesquisa como um processo constante de aquisição de novos conhecimentos, sendo os mesmos responsáveis por práticas inovadoras diante da possibilidade de conhecer a realidade laboral e criar projetos ousados.

Conforme Demo, (1987, p.23). "pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”.

Demo (1996, p.34), insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando a como uma atitude, um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Minayo (1993, p. 34), vendo por um prisma mais filosófico, considera a pesquisa como:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Primeiramente buscou-se conhecer as legislações pertinentes a avaliação dos programas sociais, o SUAS, através da pesquisa de artigos científicos na internet, artigos de jornais e livros.

A hipótese da pesquisa é que o Programa Ação Jovem vem promovendo a inserção familiar e social, ou seja, causa impacto na sociedade.

O problema levantado para a pesquisa em questão foi qual avaliação de impacto do Programa Ação Jovem e se o mesmo tem provocado mudanças junto aos jovens e suas respectivas famílias.

O objeto de estudo utilizado da pesquisa foi o Programa Ação Jovem e os resultados alcançados nas relações dos jovens com a família e sociedade.

A pesquisa em questão teve como objetivo geral avaliar os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem e como objetivos específicos, desvendar o papel do Serviço Social no Programa Ação Jovem e identificar o perfil dos jovens do Programa.

A pesquisa realizada foi de nível quali-quantitativa, que de acordo com Chizzotti (1995, p.52):

Os dados quantitativos preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas. A abordagem qualitativa fundamenta-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos.

Procurou-se inicialmente explorar o assunto, bem como descrever a tipologia da pesquisa que é do tipo descritiva, que segundo Gil (1995, p.44) essas “[...] pesquisas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”.

As pesquisas qualitativas procuram compreender as experiências que os sujeitos têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram, partindo do princípio que todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, permanecem únicos e todos os seus pontos de vista são relevantes (FURTADO, 2006).

A pesquisa qualitativa é imprescindível quando é necessário conhecer a subjetividade do usuário. Martinelli (1999, p. 25), relata que:

No que se refere a pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar à experiência da pesquisa.

Durante o desenvolvimento da pesquisa realizamos a pesquisa bibliográfica, na qual foram selecionados periódicos, livros, revistas, artigos científicos, entre outros.

O universo da pesquisa é composto por famílias dos jovens beneficiários do Programa Ação Jovem, no qual são cadastradas 150 famílias no município de Itápolis.

A pesquisa usou a amostra não probabilística intencional, que segundo Marconi e Lakatos (2002, p.52), “O pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela”.

Por ser uma pesquisa com foco mais no qualitativo, a amostra utilizada foi de 08 jovens.

A hipótese é que o Programa Ação Jovem causa impactos sociais importantes, tendo o Assistente Social um papel importante para efetivação de direitos, incentivando e mobilizando os adolescentes à emancipação e conseqüentemente autonomia para as atividades de vida diária e atividades de vida prática.

Inicialmente aplicou-se o pré-teste que teve como finalidade de testar o instrumento de coleta de dados aplicados e foi aplicado em 03 jovens, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Itápolis no mês de julho.

Para a coleta de dados foi utilizado à entrevista com roteiro, onde se tem perguntas abertas e fechadas, para coletar melhores informações sobre o entrevistado.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.112), o formulário“ [...] é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”.

Utilizamos também a Observação Sistemática, sendo imprescindível na pesquisa na qual o foco principal é a qualidade, pois segundo Marconi e Lakatos

(2002, p. 90) é “[...] na observação sistemática que o pesquisador sabe o que procura e o que carece da importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe.”

Após a observação foi aplicada entrevista com roteiro contendo perguntas abertas e fechadas, conforme Marconi e Lakatos (2002, p. 94):

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Usamos a pesquisa documental, para poder identificar as famílias dos jovens beneficiários do programa.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p.62), a característica da pesquisa documental é “[...] que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

As facilidades encontradas no desenvolvimento da pesquisa foram sermos estagiárias no campo da Assistência Social, e os entrevistados colaborarem com suas respostas.

A dificuldade principal encontrada foi o fato das pesquisadoras não serem estagiárias do mesmo município, tornando os encontros para elaboração do projeto, coleta de dados e enfim a elaboração desta monografia muito difícil.

A entrevista foi aplicada no próprio CRAS de Itápolis, com autorização e agendamento prévio dos sujeitos. As entrevistas duraram em média 10 minutos cada, os sujeitos se sentiram à vontade e responderam abertamente as perguntas.

O período para a realização desta pesquisa foi de fevereiro a setembro de 2012, cuja pesquisa de campo com os sujeitos fez-se no mês de julho de 2012.

E, por fim, a subjetividade dos jovens pesquisados, que consiste em obter dados relativos à que o programa pode lhe oferecer e a que eles podem aprender, busca-se captar as reações espontâneas do entrevistado, ou seja, utilizamos para coletar os dados o depoimento pessoal, possibilitando um contato pessoal com o entrevistado. É elaborado um formulário de perguntas e repassada ao sujeito alvo, para coletar os dados e geralmente com a permissão do pesquisado se utiliza o gravador.

Após a coleta de dados, procedeu-se o tratamento dos dados com fidedignidade, os quais foram agrupados em 03 eixos para análise, sendo o primeiro eixo identificar o perfil dos jovens do Programa, o segundo eixo verificar os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem e no terceiro eixo verificar o papel do Serviço Social neste Programa.

6.2 Análise dos Resultados

Análise sobre os resultados da pesquisa dos impactos causados pelo Programa Ação Jovem e suas respectivas famílias no município de Itápolis, a pesquisa foi realizada no CRAS de Itápolis com 08 jovens, buscando os objetivos como forma de respostas a esses impactos.

6.2.1 Perfil dos jovens entrevistados

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, buscou-se neste eixo informações para construir e identificar o perfil dos jovens participantes do Programa Ação Jovem,

apresentando algumas características particulares dos usuários, tais como, idade, gênero, escolaridade, composição familiar, dentre outros.

Quadro 1 – Idade

IDADE	FREQUÊNCIA	%
15-17 anos	07	87,5 %
18-20 anos	01	12,5 %
Total	08	100%

Fonte: Autores

No CRAS de Itápolis, são desenvolvidas reuniões socioeducativas com famílias beneficiárias de Programas Sociais dentre eles o Programa Ação Jovem, sendo que existem famílias participativas e não participativas, onde necessitam da realização de um trabalho mais específico de conscientização para que haja um melhor desenvolvimento e aproveitamento do mesmo.

Observa-se que dos 8 jovens entrevistados que estão inseridos no Programa Ação Jovem do CRAS, a maioria dos entrevistados são adolescentes de idade entre 15 e 17 anos no total de 87,5%.

O Ação Jovem é um Programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo executado pelo CRAS, voltado para jovens de 15 a 24 anos de idade.

Quadro 2- Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
1º Ano do Ensino Médio	01	12,5 %
2º Ano do Ensino Médio	03	37,5 %
3º Ano do Ensino Médio	04	50 %
Total	08	100%

Fonte: Autores

Quanto à escolaridade percebemos que todos frequentam a escola, sendo uma exigência do programa, pois estão frequentando a escola com: 12,5% de jovens frequentando o 1º Colegial, 37,5 % dos jovens estão no 2º Colegial e por fim 50% jovens no 3º Colegial e concluindo a identificação todos os jovens são solteiros.

Para estar inserido no Programa ele tem que estar matriculado e frequentando o ensino fundamental e/ou médio ou matriculado no ensino regular de educação básica ou Ensino de Jovens e Adultos – EJA/Presencial; ter a renda per capita familiar mensal de até meio salário mínimo, onde eles recebem mensalmente R\$ 80,00.

Quadro 3 - Gênero

GÊNERO	FREQUÊNCIA	%
Feminino	05	62,5 %
Masculino	03	37,5 %
Total	08	100%

Fonte: Autores

Em relação ao gênero identificamos que dos 08 entrevistados que participam do programa, a maioria é do sexo feminino, sendo 62,5% dos jovens são representados por meninas e apenas 37,5% dos jovens representados por meninos.

Apresentamos abaixo a composição familiar dos jovens participantes do Programa Ação Jovem, com características de idade, estado civil, escolaridade, pois é muito importante na identificação familiar dos jovens.

1. PAI

Quadro 4- Idade

IDADE do PAI	FREQUÊNCIA	%
30-40 anos	02	40 %

41-50 anos	03	60 %
51-60 anos	0	0
Total	05	100%

Fonte: Autores

Nota-se que em relação ao quadro 4 é possível identificar que a diferença de idade dos pais dos jovens é pequena e varia entre 30 e 50 anos.

Quadro 5 - Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
1ª a 4ª Ensino Fundamental 1	04	80 %
5ª a 8ª Ensino Fundamental 2	01	20 %
1º a 3º Ano do Ensino Médio	0	0
Total	05	100%

Fonte: Autores

Na relação da escolaridade identificamos que nenhum dos pais dos jovens concluiu o ensino Médio, todos concluíram apenas até o ensino fundamental.

Quadro 6–Estado Civil

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	%
Solteiro	01	20 %
Casado	03	60 %

Divorciado	01	20 %
Total	05	100%

Fonte: Autores

No último quadro identificamos que apenas 20% dos pais são solteiros, e 60% dos pais são casados e apenas um é divorciado.

Os quadros abaixo se referem aos dados das mães dos jovens:

2. Mãe

Quadro 7 - Idade

IDADE da MÃE	FREQUÊNCIA	%
30-40 anos	04	66,6 %
41-50 anos	02	33,3 %
51-60 anos	0	0
Total	06	100%

Fonte: Autores

Encontramos no quadro 7 que as mães têm diferença de pouca idade em relação aos seus maridos, conforme mostra no quadro 1 acima. A idade entre elas varia de 30 a 50 anos, sendo 66,6% delas com idade entre 30 e 40 anos e 33,3% das mães com idade entre 41 e 50 anos. Concluindo que 02 dos jovens entrevistados não têm mais mãe e que nenhum jovem possui mãe com idade entre 51 e 60 anos.

Quadro 8 - Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
---------------------	-------------------	----------

1ª a 4ª Ensino Fundamental 1	01	16,6 %
5ª a 8ª Ensino Fundamental 2	04	66,6 %
1º a 3º Ano do Ensino Médio	01	16,6 %
Total	06	100%

Fonte: Autores

Em relação à escolaridade, apenas uma das 6 mães concluiu o Ensino Médio, as demais concluíram apenas o Ensino Fundamental. Isso também mostra que a diferença da escolaridade também é baixa comparada a seus maridos.

Quadro 9– Estado Civil

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	%
Solteiro	04	66,6 %
Casado	02	33,3 %
Divorciado	0	0
Total	06	100%

Fonte: Autores

No quadro 9 mostra que a maioria das mães são solteiras, no total de 66,6% delas e apenas duas são casadas.

Logo, nos quadros a seguir, são referentes aos dados dos irmãos dos jovens.

3. Irmãos

Quadro 10- Idade

IDADE	FREQUÊNCIA	%
1 -10anos	03	16,6 %
11-15 anos	12	66,6 %
16-25 anos	03	16,6 %
Total	18	100%

Fonte: Autores

Em relação com os irmãos identificamos muitas variedades de idade entre eles onde a maioria é adolescente, no total de 66,6 %.

Quadro 11- Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
Analfabeto	01	5,5 %
1ª a 4ª Ensino Fundamental 1	02	11,1 %
5ª a 8ª Ensino Fundamental 2	09	50 %
1º a 3º Ano do Ensino Médio	06	33,3 %
Total	18	100%

Fonte: Autores

Conforme mostrado no quadro 11 percebemos que todos estão inseridos na escola com um total de 61.1 % frequentando o Ensino Fundamental e 33,3% cursando o Ensino Médio.

Quadro 12 – Estado Civil

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	%
Solteiro	18	100 %
Casado	0	
Divorciado	0	
Total	18	100%

Fonte: Autores

No quadro 12 concluímos que todos os irmãos dos jovens entrevistados são solteiros.

FAMÍLIAS QUE RESIDEM NO MESMO IMÓVEL:

Quadro 13 – Número de Famílias

FAMÍLIAS	%
08	100 %
Total	100%

Notamos que todas as famílias moram no mesmo imóvel, assim facilitando a convivência, entre pais e filhos.

6.2.2 Impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem

O objetivo geral dessa pesquisa são os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem, e neste eixo procuramos identificar os impactos sociais através dos jovens entrevistados.

QUADRO 14 – Conhecimento do Programa

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
Jornal	01	12,5 %
Amigos	06	75 %
Família	01	12,5 %
Total	08	100%

Fontes: Autores

Identificamos neste quadro que a maioria dos jovens conheceu o Programa através de amigos, facilitando assim a divulgação do Programa, e o restante dos jovens tiveram conhecimento através da família e do jornal.

As reuniões sócioeducativas do Programa Ação Jovem são realizadas no CRAS sendo abordados temas diversificados e de forma a proporcionar aos jovens participantes uma maneira de ampliarem seus conhecimentos, favorecendo o desenvolvimento pessoal dos mesmos, assim, são reveladas as falas do sujeito referente à questão de como se sentem participando das reuniões do programa:

“Eu gosto, porque eu aprendo mais, o que você já sabe aprende mais um pouco, e tem coisa que você nunca viu, e tem coisas que ensinam aqui que seu pai e sua mãe não conseguem explicar.” (Sujeito 4, Feminino, 17 anos)

“Eu acho assim, temos que vir porque, nós vamos aprendendo, vai sabendo lidar com as coisas, assuntos, trabalhos que tem que vir e fazer, essas coisas.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

“Acho legal, divertido e também você aprende as coisas, às vezes tem coisas que você não sabia e você passa a ter mais

conhecimentos.” (Sujeito 8, Feminino, 15 anos)

É possível perceber que os jovens gostam do programa e se sentem bem nas reuniões, pois eles vêm com ansiedade de aprender e de passar o conhecimento para frente, para as outras pessoas da família, para os amigos e assim tornam-se as reuniões mais atrativas e ampliam seus conhecimentos, informações e seus desenvolvimentos pessoais.

Com a inserção do jovem no Programa Ação Jovem é possível identificar mudanças no cotidiano dos mesmos. Em relação à suas famílias na qual eles conseguem ter um convívio melhor, conseguem ter a troca de experiências entre eles, e um melhor diálogo entre pai e filho. Na escola podem compartilhar com os amigos o que aprenderam nas reuniões, trocar as experiências com os professores, e nas relações de amizade levarem em consideração o respeito, sempre ajudando o próximo, e assim obtivemos as falas dos sujeitos:

- **Nas relações familiares:**

“Um pouco, antes eu era muito briguenta com meus irmãos, era mais agitada, não queria saber de nada, hoje eu estou mais calma e sei me controlar.” (Sujeito 3, Feminino, 16 anos)

“Em casa, nós conversamos mais sobre a reunião, nós conversamos sobre coisas que não sabíamos e agora agente está mais reunidos.” (Sujeito 5, Masculino, 16 anos)

“Também, por que o igual isso que a Assistente Social falou na palestra, eu chego falo ali pro meu tio que fuma, meu cunhado, falo que isso faz mal, bebida alcoólica, eu falo tudo pra eles, das consequências. Eu chego e falo para meus colegas, parentes, falo tudo.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

- **Nas relações escolares:**

“Na escola influencia os estudos, se não estudar direito, se não for certinho na escola eu perco o curso.” (Sujeito 3, Feminino, 16 anos)

“Na escola ajuda, os professores comenta o que a gente fala nas reuniões, tem coisas que eles nem sabia, se interessam pelo que a gente fala.” (Sujeito 5, Masculino, 16 anos)

“Também, por que às vezes a gente vê eles levando bebida alcoólica para escola e tem vezes que a gente da conselho, para eles não fazer isso, porque se pegarem eles vai dar rolo, essas coisas e falo que faz mal pra eles.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

- **Nas amizades:**

“Tudo normal, eu tenho amigos de escola, de classe mesmo que participam das reuniões, agente conversa agente fala sobre os trabalhos, agente faz em equipe sempre um tentando ajudar o outro.” (Sujeito 3, Feminino, 16 anos)

“Ah, nas amizades, os outros perguntam o que sempre a gente aprende que eles se interessariam em vir aqui. A minha irmã, por exemplo, falou que na próxima reunião se puder, ela queria vir pra saber como é.” (Sujeito 5, Masculino, 16 anos)

“Tem bastante, a gente fala, mas são poucos os que escutam.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

Diante das respostas dos sujeitos entrevistados, é possível identificar que os jovens conseguem ter vínculo com as relações familiares, escolares e com as amizades, que eles querem ensinar ao próximo, o que aprendem nas reuniões socioeducativas.

Como o Programa Ação Jovem é um programa de transferência de renda, os jovens recebem um benefício no valor de R\$ 80,00, que eles utilizam para cursos profissionalizantes. Os jovens devem ter uma frequência escolar de 75%, para permanecer no Programa, assim eles têm a oportunidade de estarem se profissionalizando e não causarem a evasão escolar que hoje acontece bastante, assim tendo a oportunidade de desfrutar de um bom ensino e desde cedo obter formação profissional. Com isso os jovens respondem se o Programa tem influenciado na sua vida escolar e se pensam em fazer um curso Técnico/Superior e obtivemos as seguintes respostas.

“Tem influenciado muito, tanto que eu só estou fazendo o curso agora por causa do programa, porque se não teria condição de pagar o curso, então influenciou muito.” (Sujeito 2, Masculino, 18 anos)

“Penso, já estou fazendo curso de informática, estou aprendendo. Acabando penso em fazer Açúcar e Álcool.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

“Sim, pretendo fazer Faculdade de pedagogia e psicopedagogia.” (Sujeito 6, Feminino, 16 anos)

Conforme as respostas acima, identificamos que o programa tem influenciado a vida escolar dos jovens, pois eles frequentam mais as aulas e já pensam logo após em fazer um Curso Técnico ou uma Faculdade para logo depois de cursar, procurar se inserir no mercado de trabalho e se profissionalizarem. O mercado está cada vez mais competitivo no mundo contemporâneo, então através dos cursos profissionalizantes que fazem, com o dinheiro que recebem do benefício do Programa Ação Jovem, os mesmos estão podendo ter uma maior chance de ingressar no mercado e seguir carreira profissional.

A família tem um papel importante na decisão da formação de seus filhos, por isso eles devem ter o vínculo familiar reforçado, pois é nele que acontece todo tipo de diálogo, que surgem e são sanadas as dúvidas. Logo perguntamos se o programa tem ajudado os jovens a criar esse vínculo com a suas famílias.

“Então, com o programa eu estou fazendo esse curso, com esse curso eu pretendo arrumar um emprego, um emprego melhor tanto para mim e ajudar financeiramente a minha família”

(Sujeito 2, Masculino, 18 anos)

“É ajuda um pouco, porque eu consigo conversar mais com a minha mãe, ela sempre pergunta o que acontece nas reuniões aí eu converso mais um pouco com ela.” (Sujeito 4, Feminino, 17 anos)

“Eu venho aqui, escuto falando essas coisas e vou ensinado para minhas irmãs, meus irmãos, explicando o jeito que são as coisas, tipo passando para o próximo e para minha família, já está mudando.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

De acordo com as falas dos sujeitos acima, podemos concluir que eles têm um bom relacionamento com seus pais e irmãos, conseguem trocar experiências entre eles, assim possibilitando ter uma melhor convivência familiar.

6.2.3 O papel do Serviço Social no Programa Ação Jovem

Este último eixo aborda a questão dos jovens em relação a Assistente Social do programa, se tiveram contato e um bom relacionamento com ela, e se tiveram conhecimento do Programa Ação Jovem no dia que foram inseridos no mesmo.

Quadro 15

VARIÁVEIS	FREQUÊNCIA	%
Sim	08	100 %

Não	0	0
Total	08	100%

Fontes: Autores

Com o exposto do quadro identificamos que todos os jovens conhecem a Assistente Social do Programa, assim facilitando o vínculo do profissional com o jovem e suas respectivas famílias. A seguir procuramos saber como foi o atendimento da assistente social junto ao jovem e obtivemos as seguintes falas de como a assistente social atendeu cada um deles individualmente:

“Atendeu-me muito bem, me explicou de um modo que eu pudesse entender, mais fácil e falou do programa.” (Sujeito 3, Feminino, 16 anos)

“Conversou com a minha mãe, ela não falou nada pra mim, porque eu falei para minha mãe sobre o programa e minha mãe veio conversar, atendeu bem conversou certinho com a ela.” (Sujeito 4, Feminino, 17 anos)

“Ela me explicou como que são as regras, falou que tem que fazer os trabalhos, tem que vir nas reuniões. Explicou como que iriam ser as coisas.” (Sujeito 7, Masculino, 18 anos)

Percebe-se nas falas dos sujeitos um grande contentamento com o atendimento da Assistente Social, pois ela desvelou o papel do Programa, mostrou os objetivos, fazendo com que os jovens e suas respectivas famílias mostrassem interesse pelo programa e pela oferta de serviços que o CRAS oferece aos mesmos e a todos que o buscam.

7 CONCLUSÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso em questão buscou conhecer os impactos sociais do Programa Ação Jovem, bem como desvendar o papel do Assistente Social junto às famílias no CRAS de Itápolis.

A pesquisa teve como objetivo geral avaliar os impactos sociais causados pelo Programa Ação Jovem e como objetivos específicos, desvendar o papel do Serviço Social no Programa Ação Jovem e Identificar o perfil dos jovens do Programa.

Para os jovens receberem o benefício do Programa, um dos requisitos do Programa é estar matriculado e frequentando o ensino fundamental e/ou médio, então percebemos pelo perfil dos jovens que os mesmos estão matriculados entre o Primeiro ano e o Terceiro ano do Ensino Médio, onde todos são solteiros e a faixa de idade varia entre 15 anos e 20 anos. É nesta fase que eles devem ter conscientização das suas escolhas, dos seus atos, do que buscam para seu futuro, do que querem para suas vidas, ou seja, momento de intervenções auxiliando na reflexão do processo de construção de cidadania.

Na composição familiar dos jovens, identificamos que os perfis dessas famílias são quase semelhantes, variando de uma pequena diferença na idade, estado civil e escolaridade entre eles, tornando assim um meio de fácil comunicação entre o jovem, suas famílias, assistente social e toda a equipe de profissionais do CRAS.

Nos impactos causados pelo programa constata-se que os jovens participam das reuniões conhecendo temas diferenciados como educação, Cidadania e Meio Ambiente; Trabalho e Empreendedorismo; Pluralidade Cultural, Esporte e Lazer; Saúde; fazendo assim com que esses jovens tenham motivação, ampliem seus conhecimentos, criem sua própria autonomia e sua capacitação profissional, independentemente de cor, raça, sexo, cultura e religião.

Com a participação dos jovens no Programa Ação Jovem percebem-se melhoras no desenvolvimento pessoal, escolar, familiar e social, ou seja, há o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

Toda pessoa tem por direito e dever cursar o ensino fundamental e principalmente o ensino médio, é um fator primordial na vida e na educação de qualquer ser humano.

O aprendizado contribui na inserção de um ensino superior e principalmente no mercado de trabalho.

Antigamente o estudo era algo exclusivo para uma determinada classe social, mas isso já não tem fundamento algum no século XXI, significa que com força de vontade qualquer pessoa pode estudar e chegar a qualquer nível de estudo. Quanto mais qualificação profissional alguém possui, maiores são as suas chances de prosperar no mercado de trabalho.

O estudo não se limita apenas na conclusão do Ensino Médio, se quisermos conquistas sucesso na vida, devemos cursar um ensino superior e até pensar numa possível pós-graduação. A vida é um constante aprendizado e em nenhum momento devemos parar de estudar.

Outro requisito do programa é a frequência escolar do jovem, pois se for menor que 75% de aproveitamento, ocorrem expulsão do jovem, por não cumprir com a condicionalidade. Entretanto faz com que os mesmos permaneçam na escola e no programa, recebendo seu benefício, com todo ensinamento que aprendem, conseguem pensar no mercado de trabalho, no ramo que desejam ser inseridos e percebem que no mundo contemporâneo, o mercado se encontra cada vez mais concorrido, pois existem muitos cursos profissionalizantes, ensino superior, que qualquer pessoa que tenha vontade pode fazer, fazendo assim com que eles tenham incentivo para estudar, formarem-se em cursos ou quem sabe uma faculdade, se tornarem profissionais, buscando um futuro melhor para eles e suas famílias, e que devem conquistar um futuro promissor através dos conhecimentos adquiridos com os estudos e com a vida.

Os jovens demonstram um grande interesse em fazer um curso técnico ou mesmo um curso de ensino superior, logo que concluírem o Ensino Médio. Os jovens pretendem trabalhar e ajudar financeiramente suas famílias, com esse interesse verificamos a existência de vínculos familiares.

Percebemos que para o Programa Ação Jovem conseguir atingir seus objetivos é necessário haver um vínculo dos profissionais com os jovens e suas respectivas famílias, possibilitando contato e diálogo com frequência, facilitando aos jovens compreensão das ações, das metas do programa, para que possam assim buscar sua emancipação e autonomia.

O papel do Assistente Social no Programa Ação Jovem é trabalhar os jovens inseridos no Programa e suas respectivas famílias expondo para os mesmos a importância do Serviço Social junto ao programa, incentivando e mobilizando os adolescentes à emancipação e consequentemente autonomia para as atividades de vida diária e atividades de vida prática.

Concluimos que o Programa Ação Jovem promove impactos sociais importantes como a inserção escolar, familiar e social, ou seja, os jovens inseridos neste programa apresentam mais diálogo com a família, frequência escolar qualificada, planos para o futuro, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, setembro de 2004.

CAMPOS, Bárto Paiva. **Educação e Desenvolvimento Pessoal e Social.** Porto: Edições Afrontamento, 1991.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Serviços de proteção social às famílias.** São Paulo: Cortez, 2 ed. 1994.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC, 4. ed. 2004.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

CIULLA, L. **Saúde Mental: Nas Etapas da Vida.** 4 ed. Porto Alegre: DPA & A., 1976.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 1987.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FURTADO, J. P. Avaliação para o conhecimento e transformação. In: BOSI, M.L.M.;

MERCADO, F.J. (Orgs.). **Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GATA, A. O. **O Estress no Brasil: Pesquisas Avançadas**. Campinas: Papyrus, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. **Fnepas.org.br**, 2004. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf> Acesso em: 11 jun 2012.

KALOUSTIAN, S.M. (orgs.) **Família brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOSACCO, Silvia. **O Jovem e o Contexto Familiar** in.: ACOSTA, Ana Rojas, VITALER, Maria Amália Faller. (org.) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINELLI, Maria Lucia (org.). **Pesquisa qualitativa: Um Instigante Desafio**. São Paulo: Veras, 1999

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, n 67, 2001.

MORGADO, R. **Contexto e Desafios à Implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, in Política de Assistência Social no Brasil – desafios para Assistência Social. Brasília : Public Editora e Publicidade Ltda, 2007.

NAHAS, M. V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo**. 3 ed. Londrina: Midiogra, 2003.

NETTO, José Paulo. A Construção do projeto ético-pólitco do Serviço Social **Fnepas.org.br**, 1999. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf. Acesso em: 22 jun 2012.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PRETRAGLIA, Izabel. Educação complexa para uma nova forma de civilização.: **Educar em Revista**, vol. 32, ago-dez, 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/13917> Acesso em: 28 jun 2012.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em serviço social: elementos para uma discussão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC, São Paulo, 1994.

SOUSA. Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional, **scribd**, 2008. Disponível em: <
<http://pt.scribd.com/doc/25131167/A-pratica-do-Assistente-Social-conhecimento><http://pt.scribd.com/doc/25131167/A-pratica-do-Assistente-Social-conhecimento-instrumentalidade-e-intervencao-profissional-Charles-SOUSA>> Acesso em: 12 jun 2012.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimnto de Comunidade e Participação**. 8 Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, A.O. **Carta-tema:** A assistência social no Brasil 1983-1990. 2 ed.São Paulo: Cortez, 1995.

VANZETTO, A.A. **O Sistema Único de Assistência Social e a Centralidade na Família.** Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel, 2005.